



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

## **ATA DA 40ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ**

1 Aos seis dias do mês de dezembro de 2005, no mini-auditório do prédio C, da sede do  
2 Arquivo Nacional, na Praça da República nº 173, cidade do Rio de Janeiro, sob a  
3 presidência de Jaime Antunes da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Arquivos -  
4 CONARQ, foi realizada a quadragésima reunião ordinária do Plenário do CONARQ.  
5 Participaram da reunião: representando o Poder Executivo Federal: Manuel Domingos  
6 Neto, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico-CNPq (titular) e Francisca  
7 Helena Barbosa Lima, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN  
8 (suplente); representando o Poder Judiciário Federal: Kathya S. O. Campelo Bezerra, do  
9 Supremo Tribunal Federal-STF (titular) e Júlio César Sousa Gomes, do Tribunal  
10 Superior Eleitoral-TSE (titular); representando o Poder Legislativo Federal: Antonio  
11 Alberto de Carvalho, do Senado Federal (titular) e Lamberto Ricarte Serra Júnior, da  
12 Câmara dos Deputados (titular); representando o Arquivo Nacional: Maria Izabel de  
13 Oliveira (suplente); representando os Arquivos Públicos Estaduais: Marli Geralda  
14 Teixeira, do Arquivo Público do Estado da Bahia (suplente) e Rosani Gorete Ferron, do  
15 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (titular); representando os Arquivos  
16 Públicos Municipais: Carlos Roberto Bastos Freitas, do Arquivo Municipal de Campos  
17 dos Goytacazes (titular), Ivana Denise Parrela, do Arquivo Público da Cidade de Belo  
18 Horizonte (titular) e Lara Simone Rusczyk de Miranda, do Arquivo Público Municipal  
19 de Canoas, RS (suplente); representando as Associações de Arquivistas: Ana Maria de  
20 Almeida Camargo, da Associação de Arquivistas São Paulo (titular); representando  
21 instituições que congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa,  
22 preservação ou acesso a fontes documentais: Ismênia de Lima Martins, da Associação  
23 Nacional de História – ANPUH (titular); Célia Maria Leite Costa, do CPDOC da  
24 Fundação Getúlio Vargas (titular) e Alzira Alves Abreu, da Sociedade Brasileira para o  
25 Progresso da Ciência-SBPC (titular). Participou ainda, como convidada, a professora  
26 doutora Maria Odila K. Fonseca, para prestar esclarecimentos, juntamente com o

27 conselheiro Manuel Domingos Neto, sobre a inclusão da Arquivologia na Tabela de  
28 Classificação das Áreas do Conhecimento (CNPq – CAPES - FINEP). Justificou sua  
29 ausência: Maria Esperança Resende, do Arquivo Nacional (Brasília). Secretariou os  
30 trabalhos Marilena Leite Paes, coordenadora do CONARQ. O presidente Jaime iniciou  
31 a sessão, passando a palavra aos membros da Câmara Técnica de Documentos  
32 Eletrônicos, para dar prosseguimento à apresentação da minuta de resolução que  
33 estabelece diretrizes para a transferência ou recolhimento de acervos arquivísticos  
34 digitais para instituições arquivísticas públicas, iniciada ontem na sessão da tarde.  
35 Concluídas as discussões, o presidente sugeriu, e o Plenário concordou que o  
36 Conselheiro Lamberto se reunisse com Cláudia Lacombe, Carlos Ditadi e Margareth  
37 Silva, profissionais de competência técnica reconhecida, para juntos fecharem a  
38 proposta, uma vez que o Plenário já aprovara a totalidade da resolução durante as  
39 discussões, faltando apenas resolver alguns problemas nos Anexos. Ficou, assim,  
40 aprovada a Resolução, com as sugestões apresentadas pelos Conselheiros. Consolidadas  
41 as alterações propostas pelos Conselheiros durante o longo processo de discussão o  
42 texto final será enviado a todos. O presidente agradeceu aos membros da Câmara  
43 Técnica de Documentos Eletrônicos por mais essa importante contribuição visando a  
44 preservação da memória digital do Brasil, e solicitou à secretária Marilena Leite Paes  
45 que fizesse constar como parte integrante desta ata a minuta da resolução apresentada e  
46 o texto consolidando todas as alterações incluídas e aprovadas nesta sessão. Alterando a  
47 pauta dos trabalhos em decorrência de assunto relevante a ser submetido à apreciação  
48 do Plenário, o presidente convidou O conselheiro Manuel Domingos para fazer um  
49 relato a propósito de uma questão sumamente importante que nos foi colocada por ele  
50 há algum tempo atrás em função dos estudos que estão sendo feitos no CNPq para  
51 identificação de Áreas e Sub-Áreas do Conhecimento, que visa, entre outras vantagens,  
52 obter investimentos do CNPq. Antes, porém, fez um resumo dos principais  
53 acontecimentos. O Conselheiro Manuel a quem agradecemos o interesse propôs à  
54 Comissão Especial de Estudos do CNPq a inclusão da Arquivologia como Área do  
55 Conhecimento na Tabela de Classificação daquele Conselho, a qual foi combatida  
56 fortemente pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da  
57 Informação – ANCIB, que reúne profissionais da Área da Informação, alegando que  
58 Arquivo teria que estar diluído na Ciência da Informação, por o julgarem um campo da  
59 Ciência da Informação. Depois de um período de relativa tranqüilidade, começaram a  
60 surgir novamente pressões junto ao CNPq para manutenção da Arquivologia como

61 campo da Ciência da Informação. Promoveu, então, uma reunião com Maria Odila  
62 Fonseca, José Maria Jardim, Rosali Fernandes e Otávio Velho para tratarem do assunto.  
63 Como a inclusão da Arquivologia como Área do Conhecimento abre caminhos para  
64 buscar o fortalecimento da área, dos cursos, estimulando a criação dos cursos de Pós-  
65 Graduação, enfim, temos uma área definida porque lidamos com um universo que tem  
66 interfaces com muitas outras áreas do conhecimento de interesse para o CNPq: - Área  
67 Médica, Área de Enfermagem, da Ciência e Tecnologia etc. Continuando, o presidente  
68 do CONARQ, relatou que José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca apresentaram um  
69 texto que havia circulado entre os membros da comunidade da informação. A seguir,  
70 informou que, na semana passada, havia tido um encontro com esses dois profissionais  
71 e a Coordenadora do CONARQ, tendo sido acordado que seria importante que o texto  
72 por eles preparado, feitas as modificações que julgassem pertinentes, fosse trazido à  
73 reflexão do Plenário do CONARQ. Se validados os termos desse documento pelo  
74 Conselho, certamente a proposta para inserção da Arquivologia na nova Tabela de  
75 Classificação das Áreas do Conhecimento (CNPq – CAPES – FINEP), seria apreciada  
76 com mais atenção por contar com o apoio e aprovação do CONARQ, um colegiado  
77 representativo de segmentos de arquivos de diversos níveis de Governo, Federal,  
78 Estadual, Municipal, do Judiciário, do Legislativo e de profissionais da área do  
79 conhecimento, uma vez que neste Plenário têm assento também instituições produtoras  
80 de conhecimento, e que não são específicas de arquivo como, por exemplo, o CPDOC  
81 da FGV a ANPHU e a SBPC. Passou, então a palavra ao conselheiro Manuel e à  
82 professora Maria Odila para prestarem esclarecimentos aos demais conselheiros sobre o  
83 texto distribuído. O Conselheiro Manuel iniciou sua exposição dizendo que, em  
84 primeiro lugar, gostaria de explicar o que é esta proposta que ora se apresenta. Assim, o  
85 conselheiro Manuel informou que a Constituição Federal dispõe que o Estado deve  
86 amparar a ciência e a tecnologia, utilizando-se, para isso, da classificação das áreas do  
87 conhecimento científico e tecnológico. Essa classificação tem sido feita pelo CNPq  
88 desde a 2ª Guerra Mundial. Segundo o conselheiro, a referida classificação está  
89 defasada pois tanto a ciência como a tecnologia mudam muito. A Tabela atual registra  
90 72 áreas do conhecimento, as quais são divididas em centenas de sub-áreas. A  
91 reclassificação em estudos deve ampliar esse grupo de áreas, seja para contemplar os  
92 interesses do Estado ou da comunidade científica que apresenta produção científica  
93 relevante como, por exemplo, a bioética. Continuando, disse que, quando propuseram a  
94 inclusão da Arquivologia como Área, a primeira reação foi da Comissão Especial de

95 Estudos, alegando que a Arquivologia não tem programa de pós-graduação, não tem  
96 produção científica, não tem um corpo de pesquisadores. Sua contra-argumentação foi  
97 no sentido de que a Arquivologia é fundamental para a preservação da memória  
98 brasileira. Por isso, ela deve ser amparada, impulsionada, induzida. Confessou que, de  
99 início, imaginou que a Arquivologia não teria cacife para vencer as objeções levantadas,  
100 mas lembrou-se de que o Itamaraty entrara com demanda para a criação da área de  
101 Relações Internacionais, apesar de ter programa de pós-graduação e estar  
102 razoavelmente contemplada dentro de outras áreas. O Ministério da Defesa, por sua vez,  
103 também propôs a área de Defesa Nacional, que é, sem dúvida, uma área de extrema  
104 importância para o Estado. Como se pode observar a Classificação das Áreas do  
105 Conhecimento é um instrumento do Estado, mediado pelo interesse do Estado, da  
106 sociedade e da comunidade científica. Continuou dizendo que, no seu entender, a  
107 principal argumentação para a criação da Área de Arquivologia como área do  
108 conhecimento é ser a mesma do interesse do Estado, pois ainda não temos um grupo de  
109 pesquisadores, no Brasil, suficientemente pujante. Daí julgar importante a manifestação  
110 do CONARQ, por intermédio de seu presidente, como também a do IPHAN, embora às  
111 vezes julgue sua discussão conceitual muito débil. Atualmente, depois de feita a  
112 proposta, e acatada em primeira instância na Comissão Especial de Estudos, ocorreu a  
113 reação da área da Ciência da Informação, preocupada em ver reduzida sua importância e  
114 sua representatividade no momento do julgamento de projetos no CNPq. Essas são as  
115 razões da reação da área da Ciência da Informação. Apesar de seus momentos de  
116 insegurança, julga que a área de Arquivologia deve ser criada. Continuando, sugeriu que  
117 sejam firmados convênios com o CNPq, a Casa Civil ou o CONARQ. Com os recursos  
118 decorrentes desses convênios, pode-se abrir uma concorrência para que as universidades  
119 se habilitem a criar cursos de pós-graduação. Concluída a explanação do conselheiro  
120 Manuel, o Presidente passou a palavra a Maria Odila que apresentou, também, seus  
121 comentários sobre o assunto. Acrescentou que a área de Arquivologia se ressentia de  
122 uma Associação de Ensino e Pesquisa de Arquivologia, com finalidade e objetivos  
123 diferentes da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ainda a propósito da inclusão da  
124 Arquivologia como Área da Tabela de Classificação do CNPq, Maria Odila prestou  
125 esclarecimentos sobre as especialidades das Áreas. Concluindo, o Conselheiro Manuel  
126 propôs ao plenário do CONARQ que se enviasse ao Presidente do CNPq e à Ministra da  
127 Casa Civil da Presidência da República ofício recomendado a inclusão da Arquivologia  
128 como Área do Conhecimento na Tabela do CNPq, fundamental para o desenvolvimento

129 científico e tecnológico dessa Área, para a preservação do patrimônio documental do  
130 país, destacando que tal proposição partira de um Conselheiro do CONARQ, que é  
131 também o Presidente da Comissão Especial de Estudo do CNPq. A proposta foi  
132 aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento à agenda programada, o presidente  
133 falou sobre a importância dos arquivos municipais, em contraponto com as Casas de  
134 Memória que vêm sendo criadas em vários municípios. A propósito, informou sobre a  
135 necessidade de se atualizar a publicação Subsídios para a implantação de uma política  
136 municipal de arquivos, editada em 2000. A matéria foi amplamente discutida, com  
137 testemunhos de alguns conselheiros, como Marli Geralda, Ismênia Martins e Antonio  
138 Alberto de Carvalho. Maria Odila sugeriu que, mais do que a criação de um arquivo  
139 municipal, deve-se criar Programas de Gestão de Documentos. A Conselheira Rosani  
140 Ferron sugeriu a criação de um “instrumento de comunicação” para divulgar as ações do  
141 CONARQ, principalmente junto aos municípios. A propósito da reedição da publicação  
142 sobre arquivos municipais, a Conselheira Célia Costa sugeriu que o texto da referida  
143 publicação seja colocado na página web do Arquivo Nacional, do CONARQ e de outras  
144 instituições que desejem cooperar nessa atividade, pedindo sugestões até uma  
145 determinada data a ser estabelecida. O presidente sugeriu, então, a criação de um grupo  
146 de trabalho com o objetivo de revisar a edição atual e elaborar uma versão moderna e  
147 atualizada. Sugeriu os nomes de Maria Odila, de Margareth Silva e Elizabeth Maçulo  
148 para comporem a grupo de trabalho. Em seguida, o presidente passou a palavra à  
149 Marilena Leite Paes, Coordenadora do CONARQ, para apresentar um parecer sobre a  
150 competência da guarda e acesso de documentos arquivísticos públicos, bem como sobre  
151 a destinação de documentos passíveis de eliminação. Marilena Leite Paes informou que  
152 são frequentes as solicitações encaminhadas ao CONARQ, principalmente por órgãos  
153 da Justiça, indagando sobre a viabilidade de “doação” de documentos passíveis de  
154 eliminação para universidades, visando sua consulta para estudos e pesquisas dos  
155 alunos. Considerando que tais consultas são dirigidas ao CONARQ, órgão colegiado e  
156 não à Coordenação de apoio do Conselho, Marilena L. Paes julgou conveniente que o  
157 Plenário do Conselho se posicionasse formalmente sobre a questão, por julgar a matéria  
158 de sua competência. Isto posto, deu início à leitura do parecer, o qual foi aprovado com  
159 as alterações propostas pelos Conselheiros. A exemplo do que ficou estabelecido para a  
160 resolução sobre transferência ou recolhimento de acervos arquivísticos digitais, também  
161 farão parte integrante desta ata o original do parecer apresentado ao Conselho e o texto  
162 com as alterações aprovadas. Finalizando a sessão, o presidente informou sobre a

163 realização do Workshop O papel dos Arquivos Municipais no Fortalecimento do  
164 Sistema Nacional de Arquivos e sobre a reunião de diretores, de Arquivos Estaduais,  
165 realizadas durante o VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, promovidos pelo  
166 CONARQ. Informou, ainda, sobre a criação do 10º curso superior de Arquivologia, no  
167 Centro Universitário Assunção - UNIFAI, São Paulo, com duração de seis semestres, e  
168 sobre a edição do Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005, sobre recolhimento de  
169 documentos sigilosos. E nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 18 horas.